EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) ELEITORAL RELATOR(A)
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Prestação de Contas nº 0600275-37.2022.6.21.0000

Assunto: PARTIDO POLÍTICO – ÓRGÃO DE DIREÇÃO ESTADUAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS – DE EXERCÍCIO FINANCEIRO – 2021

Interessados: AVANTE - RIO GRANDE DO SUL - RS - ESTADUAL

JOSE FERNANDO DE SOUZA COSTA

CARMEN BEATRIZ SILVA DOS SANTOS

ANDERSON BRAGA DORNELES

HELEN JOYCE CAMPOS DA SILVA

MAIRA DO VALE LIMA

Relator(a): DES. CAETANO CUERVO DOS SANTOS

PARECER

PRESTAÇÃO DE CONTAS. DE DIRETÓRIO REGIONAL. EXERCÍCIO DE 2021. NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS. OMISSÃO DO PARTIDO. ***Pelo julgamento das contas como não prestadas, devendo o partido ser considerado, para todos os efeitos, inadimplente perante a Justiça Eleitoral, não podendo receber recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha até que regularize sua situação.***

I – RELATÓRIO.

Trata-se de prestação de contas do Diretório Estadual do Avante - RS, autuada de ofício pela Justiça Eleitoral na forma do art. 30 da Resolução TSE nº 23.604/2019, tendo em vista a não apresentação das contas relativas à arrecadação e aplicação de recursos no exercício financeiro de **2021**.

O i. Relator, na decisão de ID 45016099 determinou, dentre outras medidas:

- a) notificar o órgão partidário, na pessoa do atual presidente e tesoureiro ou daqueles que desempenhem funções equivalentes e de eventuais substitutos no período das contas, para que supram a omissão no prazo de 3 (três) dias; e
- b) cientificar o presidente e o tesoureiro ou aqueles que desempenharam

funções equivalentes e eventuais substitutos no período das contas quanto à omissão da apresentação das contas.

Notificados a então Presidente do Diretório Estadual do Avante PMB, o prazo transcorreu sem manifestação. Houve frustração de comunicação em relação às dirigentes partidárias Carmem Beatriz Silva dos Santos e Maira do Vale Lima. Recebidos por pessoas diversas as notificações enviadas a Anderson Braga Dorneles e José Fernando de Souza Costa (ID 45149563).

O i. Relator decidiu como válidas todas as intimações encaminhadas aos endereços fornecidos pelos próprios interessados. Determinou uma notificação à sede do órgão partidário (ID 45160792).

Encaminhada a notificação ao órgão partidários, ela retornou-se com a mensagem “mudou-se”. O I. Relator reputou válida a notificação enviada ao endereço fornecido pela agremiação. Determinou: “com fundamento no art. 30, inc. III, da Resolução TSE n.23.604/19, a imediata suspensão do repasse das quotas do Fundo Partidário ao Diretório Estadual do AVANTE” e à Secretaria de Auditoria Interna determinou a) a juntada dos extratos bancários que tenham sido enviados para a Justiça Eleitoral, na forma do § 6º do art. 6º do referido diploma normativo; b) a colheita e a certificação no processo das informações obtidas nos outros órgãos da Justiça Eleitoral sobre a eventual emissão de recibos de doação e registros de repasse ou distribuição de recursos do Fundo Partidário” (ID 45384185).

Sobreveio informação da Secretaria de Auditoria Interna (ID 453949966) de que, *em atendimento a determinação do Exmo. Relator contida no ID 45384185, na data de 20/12/2022, foi registrada, no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias (SICO), a suspensão imediata da distribuição ou repasse de novas cotas do Fundo Partidário à Direção Estadual do AVANTE, tendo em conta a omissão de entrega da prestação de contas relativa ao exercício de 2021.* Informou ainda que seguem em

anexo os extratos eletrônicos disponibilizados na base de dados do TSE a partir do sistema SPCA – módulo, onde observam-se o total de créditos de R\$ 289.271,87 e o total de débitos de R\$ 289.152,16. Registrou, outrossim, que a agremiação realizou cadastro no sistema SPCA, e requisitou recibos de doação de números 05 à 24, na data de 20/07/2021, e que, em consulta aos extratos bancários eletrônicos, verifica-se que não houve recebimento ou aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário no exercício de 2021.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

O Diretório Estadual do AVANTE não apresentou as contas anuais de 2021 até a data limite, desatendendo o estabelecido no art. 28 da Resolução TSE nº 23.604/2019.

A Secretaria Judiciária do TRE-RS, nos termos do art. 30, I, “a”, da Resolução TSE nº 23.604/2019, procedeu a regular notificação do órgão partidário e de seus responsáveis, na forma do artigo 30, inciso I, alínea “a”¹, os quais mantiveram-se inertes.

Dessa forma, haja vista a omissão do partido e de seus responsáveis, as contas devem ser julgadas como **não prestadas**, nos termos do art. 45, IV, “a”, da Resolução TSE nº 23.604/2019, *verbis*:

Art. 45. Compete à Justiça Eleitoral decidir sobre a regularidade das contas partidárias, julgando:

(...)

IV - pela não prestação, quando:

a) depois de intimados na forma do art. 30, o órgão partidário e os responsáveis permanecerem omissos ou as suas justificativas não forem aceitas; ou (...)

Uma vez não prestadas as contas, aplicável à espécie a penalidade de suspensão de cotas do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não regularizada a situação, nos termos dos artigos 37-A da Lei nº

1 Recebimento da AR por Dieison Jocemar Engroff - Presidente em 2019 (ID 45152745) e por Ilaine Teresinha – Tesoureira em 2019 (ID 45152743).

9.096/95 e 47, I, da Resolução TSE nº 23.604/2019:

Art. 37-A. A falta de prestação de contas implicará a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário enquanto perdurar a inadimplência e sujeitará os responsáveis às penas da lei. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

Art. 47. A decisão que julgar a prestação de contas não prestada acarreta ao órgão partidário:

- I - a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha;
- II - a suspensão do registro ou da anotação do órgão partidário, após decisão, com trânsito em julgado, precedida de processo regular que assegure ampla defesa (STF ADI nº 6.032, julgada em 5.12.2019).

Quanto à suspensão da anotação, prevista no inciso II do art. 47 da Resolução TSE nº 23.604/2019, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Medida Cautelar na ADI nº 6.032, concedeu liminar para afastar *qualquer interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, nos termos do art. 28 da Lei 9.096/1995* (ADI 6032 MC, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 16/05/2019, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO Dje 104 DIVULG 17/05/2019 PUBLIC 20/05/2019).

O *decisum* referido foi referendado pelo Plenário da Suprema Corte por meio de decisão, proferida no dia 05.12.2019, que julgou parcialmente procedente a ADI nº 6.032, *para conferir interpretação conforme à Constituição às normas do art. 47, caput e § 2º, da Res./TSE 23.432/2014; do art. 48, caput e § 2º, da Res./TSE 23.546/2017; e do art. 42, caput, da Res./TSE 23.571/2018, afastando qualquer interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, conforme o art. 28 da Lei 9.096/1995, nos termos do voto.*

Por outro lado, não há falar em recolhimento integral ao erário dos valores referentes ao Fundo Partidário, com base no art. 47, parágrafo único, da Resolução TSE

nº 23.604/2019, tendo em vista que, conforme informação da Unidade Técnica, não há indicação de que o Diretório Estadual do PMB tenha recebido recursos dessa natureza no período.

Da mesma forma, descabido determinar, neste momento, o recolhimento ao Tesouro de recursos de origem não identificada ou de fonte vedada, pois não foi possível constatar a existência dessas irregularidades, sem prejuízo de eventual constatação futura, em sede de pedido de regularização das contas partidárias.

Por tais razões, as contas do Diretório Estadual do AVANTE devem ser julgadas como não prestadas. Consequentemente, o partido deve ser considerado, para todos os efeitos, inadimplente perante a Justiça Eleitoral, não podendo receber recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto não regularizar sua situação.

III – CONCLUSÃO.

Diante do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina no sentido de que as contas do Diretório Regional do Avante **sejam julgadas como não prestadas**, com a imposição da penalidade de suspensão de recebimento de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha até a regularização da situação.

Porto Alegre, 26 de maio de 2023.

Paulo Gilberto Cogo Leivas,
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL AUXILIAR.